

GESTÃO COMPARTILHADA E COMUNITÁRIA EM ÁREAS PROTEGIDAS: REFLEXÕES NO VALE DO RIBEIRA (SÃO PAULO, BRASIL)

Marinho, Maurício de Alcântara¹
Angelo Furlan, Sueli²

Resumo

Como assegurar os direitos das populações camponesas não somente de participarem do planejamento e gestão em áreas protegidas (unidades de conservação conforme denominação brasileira), mas das decisões sobre os rumos desses territórios, ou mesmo gerirem seus próprios territórios? Estas são algumas das questões deste projeto de doutorado, aprofundamento teórico de dissertação de mestrado (Marinho, 2006; Marinho & Furlan, 2008). O projeto abarca o tema da governança em áreas protegidas que vem se consolidando sob a ótica do ordenamento ecológico e territorial, e a partir da análise de estudos de caso em duas comunidades no Vale do Ribeira (São Paulo, Brasil). O tema governança é polissêmico (Ramirez et al, 2006), com significados diversos conforme ideologias políticas (Irving et al., 2006). A pesquisa se desenvolve a partir da pluralidade teórico-metodológica, buscada como fundamento para lidar com o tema cultura e natureza (Furlan, 2000), utilizando a técnica de “história de vida” (Becker, 1994) e de pesquisa documental e a observação participante (Foote Whhyte, 2005). As análises resultantes nessas áreas de estudo poderão ser comparadas com experiências em outras regiões e países, identificando e subsidiando políticas públicas e aprimorando instrumentos de gestão de áreas protegidas e a interação com espaços rurais.

Palavras chaves: áreas protegidas

Introdução

¹ Doutorando em Geografia Física – Geógrafo – Departamento de Geografia, FFLCH, USP. E-mail: mauriciomarinho@usp.br

² PhD em Geografia Física – Geógrafa e Bióloga - Professora Doutora do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – São Paulo, Brasil. E-mail: www.sucaangf@usp.br

Como assegurar os direitos das populações camponesas não somente de participarem do planejamento e gestão em áreas protegidas, ou unidades de conservação conforme denominação brasileira, mas construir de forma partilhada as decisões sobre os rumos desses territórios ou mesmo gerirem seus próprios territórios? Esta é a questão central desta pesquisa que busca um aprofundamento teórico e conceitual de pesquisas acadêmicas anteriores (Marinho, 2006; Marinho & Angelo Furlan, 2008).

Esta pesquisa de doutoramento abarca o tema da governança em áreas protegidas (APs) sob a ótica do ordenamento ecológico e territorial. Procura-se analisar as relações entre populações residentes e as posturas normativas do Estado e outros setores sociais, a partir de estudos focais em comunidades Vale do Ribeira, região sul do Estado de São Paulo, assim como uma análise comparativa com outras experiências, em continuidade aos estudos focais realizados por Angelo Furlan et al. (2009).

A temática da pesquisa está presente tanto em unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável como em terras de afro-descendentes (populações quilombolas), assentamentos agrários em áreas de florestas nativas, e nas terras consideradas de uso comum por populações tradicionais (agricultura, pesca, caça, coleta e tradições da cultura material e imaterial). Esses territórios estão muitas vezes sobrepostos, os territórios polissêmicos (Rodrigues, 2001), com relações sociopolíticas ora conflituosas, ora de cooperação.

Governança e Governança em Áreas Protegidas

De acordo com Hirst (2000 p. 13) a utilização do conceito de governança alcançou ampla aceitação na década passada e em grande parte à custa do conceito de governo. De fato, a governança é geralmente considerada uma alternativa ao governo, ao controle do Estado. Segundo o autor o termo é comumente utilizado por economistas liberais que relutam em aceitar o papel controlador e operador do Estado, por órgãos políticos alternativos em países avançados, e por ONGs que atuam em países em desenvolvimento e que vêem um novo potencial para a organização, através da sociedade civil.

Conforme Irving et al (2006 p. 45) o conceito de governança vem adquirindo novos significados em políticas públicas, notadamente a partir da década de 1980,

quando passa a ser aplicado a contextos distintos e mais amplos, pelos governos e organizações locais, e num contexto histórico em que o neoliberalismo se estabelece como base econômica dominante.

Ainda de acordo com Frey (2000 p. 252) surgem as novas redes de governança, nas quais as comunidades, associações da sociedade e empresas privadas desempenham papel cada vez mais decisivo para a transformação das políticas públicas e desafiam não apenas os governos e maneira de governar, mas exigem também uma reorientação do pesquisador de políticas públicas (Alier, 2007).

Tal problemática vem contribuindo, sobretudo na literatura internacional, para o debate acerca do tema de governança (*governance*) que salienta novas tendências de administração pública e de gestão de políticas públicas (Frey, 2000. p. 33).

Abrams et al. (2003) define a governança como as interações entre as estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidas, como são tomadas as decisões e como os cidadãos e os parceiros envolvidos são ouvidos.

Graham et al. (2003) apresentam um método de avaliação da governança em áreas protegidas e emprega a denominação “boa governança”, e enuncia os seguintes princípios: (1) Legitimidade e voz: gestão da área protegida no que se refere à participação dos cidadãos nas tomadas de decisão; (2) Direcionamento: visão estratégica da gestão, expressa em acordos e convenções internacionais; (3) Desempenho: capacidades para se atingir os objetivos da gestão; (4) Responsabilidade e Transparência nas Contas: clareza na definição de responsabilidades e autoridade e também na prestação de contas; (5) Equidade: Impactos sociais relativos à criação e gestão de áreas protegidas.

Alguns estudos no Brasil tem se dedicado a avaliar as áreas protegidas sob essa ótica da “boa governança” (Cozzolino, 2005; Irving et al., 2006).

A temática da governança em áreas protegidas, em uma conotação mais ampla, ganhou espaço durante o V Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban, África do Sul, em setembro de 2003 (UICN, 2005). O tema foi incorporado ao Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) lançado pelo governo federal em 2006 e que apresenta o eixo temático: “Governança, Participação, Equidade e

Repartição de Custos e Benefícios” e visa estabelecer mecanismos que assegurem a participação de comunidades locais, quilombolas e povos indígenas, bem como de outras partes interessadas, no estabelecimento e na gestão de unidades de conservação e outras áreas protegidas existentes (Brasil, 2006).

O manejo participativo (ou manejo colaborativo) possui relação direta com a temática da governança em áreas protegidas e refere-se a uma aliança estabelecida em comum acordo entre os interessados de um território ou conjunto de recursos amparados sob o estado de proteção para compartilhar com eles as funções do manejo, direitos e responsabilidades. Incluem-se a instituição responsável, associações de residentes e usuários de recursos, ONGs, administrações locais, autoridades tradicionais, instituições de pesquisa, comerciantes e outros (Borrini-Feyerabend, 1997).

Em diferentes países da América Latina e o Caribe existem experiências bem sucedidas de gestão compartilhada em áreas protegidas – como uma das estratégias de governança - algumas iniciadas já em meados da década de 1980 e com a formulação de marcos legais e institucionais na década posterior. A título de exemplo 29,2 % das áreas protegidas consideradas em um estudo feito em sete países da América Central são geridas em regime de gestão compartilhada, ou *co-manejo* conforme denominação comumente empregada nestes países, reunindo 19,58% dos territórios protegidos. No total foram 196 experiências analisadas. Esse estudo aponta, porém, a desigualdade existente entre as organizações de base em relação ao Estado (McCarthy Ramirez et al., 2006).

A “Declaração de Bariloche”³, resultante do II Congresso Latinoamericano de Parques Nacionales y otras Areas Protegidas, realizado em San Carlos de Bariloche, Argentina, em 2007, resultou da pressão de representantes de povos indígenas e afro-descendentes e que se reuniram em um encontro paralelo ao congresso, e apoiados por lideranças de diferentes países, representantes de governos, de ONGs e de institutos de pesquisa, sob a coordenação de membros da União Internacional de Conservação da Natureza (UICN), organizadora do evento. Esse congresso trouxe grandes avanços ao

³ Documento extraído em março de 2009 do endereço eletrônico: http://cmsdata.iucn.org/downloads/declaracion_de_bariloche_portugues.pdf

reconhecer formas diversas de organização social e de gestão compartilhada e que vem contribuindo para a conservação de espaços naturais protegidos.

Os dispositivos legais em vigor, no Brasil, ainda privilegiam setores mais elitizados da sociedade, a exemplo das organizações sociais da sociedade civil (OSCIP). Inexistem, ainda, instrumentos seguros para a efetivação de parcerias entre o Estado e as associações comunitárias e que se voltem às diferentes realidades e identidades locais e regionais.

Existem algumas como o caso de assentamentos agrários atendidos por “Projetos de Desenvolvimento Sustentável” (PDS), sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou no caso das Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, áreas protegidas definidas por meio do SNUC ⁴ e onde existem pactos formais da relação entre comunidades e o Estado, ainda que pautados pela intervenção dos agentes do governo.

Ainda assim são poucos os estudos que abordam a estruturação, funcionamento e dinâmica da governança em áreas protegidas, sob a ótica das ciências humanas e políticas.

Materiais e métodos

O estudo tem como referencial teórico a geografia cultural e subsídios da geografia agrária e da biogeografia, buscando a compreensão mais ampla para responder aos objetivos propostos. Conforme Angelo Furlan (2000) é necessária uma linguagem conceitual nova para proceder a leitura espacial. Essa linguagem foi encontrada no momento em que se considerou a pluralidade teórico-metodológica, buscada como fundamento para lidar com o tema do trabalho que envolve noções de cultura e natureza. A geografia cultural é a que mais se identifica com as análises da percepção e das vivências da população local com a natureza.

A investigação envolve a análise de estudos focais que reúnem populações tradicionais camponesas na região do Vale do Ribeira paulista, região sudeste do Brasil (Figura 1):

⁴ Sistema Nacional de Unidades de Conservação, conforme Brasil (2000)

- a) Vila do Marujá, população caiçara residente no Parque Estadual Ilha do Cardoso (Cananéia, SP);
- b) Bairro Guapiruvu e Assentamento agroambiental “Alves, Pereira e Teixeira”, famílias de origem caiçara, contíguo ao bairro Guapiruvu e vizinho ao Parque Estadual Intervales (Sete Barras e Eldorado, SP)
- c)

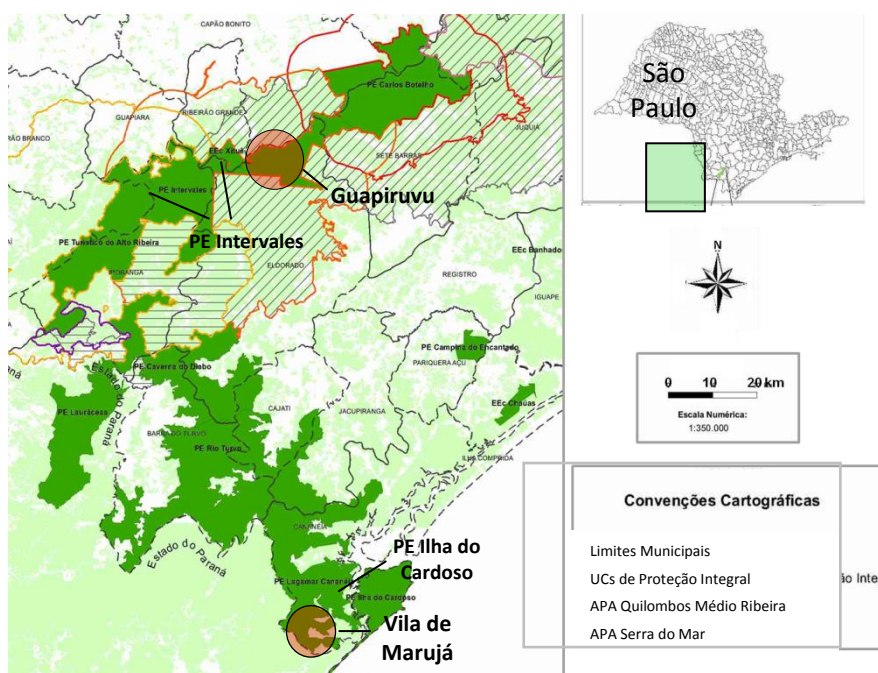


Figura 1: Localização das áreas de estudo e Unidades de Conservação no Vale do Ribeira paulista (adaptado de FF, Plano de Manejo do PETAR, 2010)

Optou-se pela realização da técnica de “história de vida”, diante da tradição de oralidade presente nas comunidades em estudo, associada a técnicas de pesquisa documental e a observação participante (Becker, 1994; Foote Whyte, 2005), onde o pesquisador: “não somente pode como deve improvisar as soluções (de método) que funcionem onde ele está e resolve os problemas que ele quer resolver (...) através da investigação fundamentada e da crítica das suas propriedades” (Becker, 1994).

Estão sendo realizadas entrevistas abertas com diversas pessoas, incluindo gestores e agentes de organizações não governamentais e agentes municipais e do Estado que possuem relação direta com as áreas de estudo, buscando formar as redes sociais que compõem a governança local de cada área de estudo e as relações com

agentes externos. Nestas análises que trazem a relação entre sujeitos sociais, pesquisador e protagonistas sociais, estarão presentes os conceitos da territorialidade, conflitos e cooperação como noções importantes para o entendimento da permanência e transformação cultural destas populações que realizam suas práticas sociais em territórios reconhecidos como APs.

Estão sendo aplicados para análise os princípios de “boa governança” conforme Graham et al. (2003). As análises resultantes poderão ser comparadas com experiências de governança e co-responsabilidade em outras áreas, regiões e países, identificando e subsidiando políticas públicas de ordenamento ecológico e territorial e propondo estratégias de aprimoramento de instrumentos de gestão de APs. Duas formas de gestão serão aprofundadas no decorrer do estudo: a gestão compartilhada e a gestão comunitária.

O Vale do Ribeira: Contexto Regional

A região do Vale do Ribeira compreende a bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, com área de 28.306 km², nas porções sudeste do Estado de São Paulo e leste do Paraná. Abrange 30 municípios, sendo nove no Paraná e vinte e um em São Paulo. (ISA, 1998).

Gestão Compartilhada e Comunitária em Áreas Protegidas: Reflexões no Vale do Ribeira (São Paulo, Brasil)

Marinho, Maurício de Alcântara; Angelo Furlan, Sueli



Figura 2: Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira, estados de São Paulo e Paraná.

Fonte: ISA, 2006.

Cerca de 1/3 do território do Vale do Ribeira se encontra no Estado do Paraná, incluindo as nascentes do rio Ribeira de Iguape, sub-região que se encontra em processo avançado de degradação ambiental. No Estado de São Paulo a situação é outra, pois 60% de seu território se constitui por UCs de proteção integral e de uso sustentável. A região como um todo abrange uma área de 28.306 Km² e é ocupada por uma população de cerca de 400 mil habitantes.

Destacam-se a seguir alguns elementos sobre a história da região e que buscam contextualizar as áreas de estudo.

No início do século XX ocorreu a crise da produção do arroz no Vale e sua exclusão econômica ligada a produção cafeeira no interior do Estado de São Paulo. Também não prosperaram, nesta fase, os projetos de colonização através da imigração (Petroni, 1966).

Nas primeiras décadas do século XX se expandem as lavouras de chá e de banana, demarcando o processo de reincorporação capitalista da região. O Vale passa a ser fornecedor de alimentos, de força de trabalho e de terras, todos a baixos custos para

as cidades. Tem-se relativo sucesso da imigração japonesa em contraste com as anteriores (Resende, 2002)

Entre as décadas de 1950 e 1980 avança o capitalismo moderno na região, processo intensificado pela conclusão da rodovia BR-116, a Régis Bittencourt, no início dos anos 1960 (Santos 2004). A concentração de terras e os conflitos no campo são intensificados.

Na segunda metade da década de 1980 é fortalecida a política ambiental estadual. As medidas disciplinares agravam o processo de exclusão social na região. Por sua vez, a exclusão social está relacionada a outros fatores, incluindo o aumento da agricultura de tipo convencional, queda dos preços de venda de produtos agrícolas, concentração de terra e renda, dificuldade de créditos para pequenos e médios e a carência de políticas públicas básicas para a população do Vale.

Tais fatores acentuaram a crise econômica e sociocultural dos bairros rurais do Vale do Ribeira. Houve aumento do êxodo rural, da urbanização e da pressão sobre áreas naturais. Neste contexto formam-se as redes clandestinas de atividades predatórias como é o caso da extração clandestina da palmeira juçara, o *Euterpe edulis*, espécie endêmica da Mata Atlântica e ameaçada de extinção.

As unidades escolares de ação comunitária (UEAC) funcionaram até meados da década de 1990 e representaram um marco na organização social na região. As políticas posteriores de municipalização de ensino e o descuido com as escolas rurais contribuíram para a desagregação familiar e comunitária nos bairros, e agravando o quadro de exclusão social sub-regional.

A região é classificada como de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo. De acordo com Nunes (2003), esse desempenho repete os resultados das edições anteriores do IDH e demonstram que a região necessita de políticas públicas sérias e determinadas a transformar essa realidade. A situação econômica do Vale do Ribeira prevalece mesmo nos municípios que possuem parte do território com presença de unidades de conservação, e que recebem o chamado Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) ecológico. É notória a falta de transparência dos governos locais quanto à destinação desta receita e a população desconhece seu significado e relevância, favorecendo as relações vigentes de

clientelismo político e as manobras do poder local em torno do debate desenvolvimento *versus* conservação ambiental. Conforme Fundação Florestal (2005) há um discurso corrente entre os políticos da região de que a conservação é empecilho ao desenvolvimento e, muitas vezes, o repasse do ICMS ecológico é deliberadamente ignorado.

Tanto o governo estadual como o federal têm intensificado as ações na região embora os avanços sejam lentos para dar conta do nível de atenção exigido pela região. Apesar da forte presença do Estado na região, evidencia-se a ausência de políticas públicas que integrem as diferentes esferas do poder público e da sociedade civil.

É um dos maiores desafios para o Vale do Ribeira, buscar a convergência de esforços setoriais e que se adequem às características socioambientais presentes, condicionando a adoção de medidas alternativas ao sistema hegemônico do desenvolvimento. A este quadro descrito se sobrepôs nas últimas décadas do século XX um mosaico de áreas protegidas de proteção integral e uso sustentável que abrange cerca de 70 % de toda a região. Além disso, vários setores também estão protegidos por outras legislações ambientais que restringem o uso econômico na região.

Contextos territoriais analisados

As comunidades em estudo possuem referenciais históricos diferenciados no tocante a resistência aos processos de expropriação da terra e reivindicação e conquista de direitos, intensificado após o Estado deflagrar a política ambiental na região do Vale do Ribeira, na década de 1980.

Por meio de associações comunitárias, as comunidades Guapiruvu e Marujá possuem diversas parcerias com órgãos públicos (programas dos governos federal e estadual), e inclusive organismos internacionais. Nos últimos anos constata-se a diminuição dos conflitos relacionados às atividades de extração de produtos florestais e caça ou pesca predatória, e o avanço significativo das práticas consideradas sustentáveis. Constituem comunidades de referência quanto aos sistemas de produção e comercialização agrícola (no Guapiruvu) e de manejo artesanal da pesca (na Vila de Marujá), turismo social e ecoturismo de base comunitária e desenvolvimento de

projetos socioambientais, assim como em relação aos sistemas de organização sócio-política.

Os conflitos socioambientais estão presentes, local e regionalmente. Os acordos de convivência e usos da terra e dos recursos do mar ainda são frágeis e não asseguram plenos direitos ao uso de algumas práticas, assim como a garantia de permanência no caso dos moradores residentes em unidades de conservação de proteção integral em áreas de restrição ambiental, como o caso do Marujá e diversas comunidades em todo o território nacional.

As comunidades investigadas, apesar de se situarem numa mesma região, o Vale do Ribeira, possuem arranjos diversificados no que diz respeito às instituições e às políticas interferentes sobre seus territórios, e também no tocante a atuação dos atores políticos onde se destacam lideranças locais e processos reivindicatórios que ora são respaldadas por agentes externos e ora apresentam situações de conflito.

Considerações Gerais

Do embate permanente entre as associações de moradores locais, ONGs ambientalistas ou vinculadas à organização de jovens, institutos de pesquisa e agentes financiadores de projetos de manejo sustentável (agrícola, extrativista e de pesca), agentes governamentais (em diferentes esferas do poder), e os gestores das diferentes áreas protegidas em foco, dentre outros atores políticos, surgem configurações complexas.

Dentro do campo das políticas públicas, o tema da governança em APs possui relação com os arranjos locais e que, por sua vez, se relacionam com contextos técnicos, jurídicos, políticos e institucionais.

Na pesquisa realizada por Caldas (2007), o autor parte do princípio, dentro da teoria neo-institucionalista, que “são os atores individuais que operam a política, condicionados, é bem verdade, por constrangimentos de toda ordem (legal, social e político), mas também por concepções de mundo e por idéias. E são as instituições, elementos constitutivos do Estado, construídas e constrangedoras dos atores que as constroem” (p.26).

Um dos dados que atestam, em parte, esta a hipótese de Caldas (op cit.) se refere aos planos de manejo dos Parques Estaduais e comunidades investigadas. Muitas das linhas de ação presentes nestes planos (Parques Estaduais Ilha do Cardoso e Intervales) são de difícil efetivação local, diante das limitações técnico-jurídicas e financeiras, ou mesmo decorrentes da falta de políticas institucionais mais claras, e continuidade na gestão dessas APs. Tais limitações influem diretamente sobre a atuação das lideranças comunitárias e que contribuem na criação de soluções locais frente às necessidades prementes das comunidades. Formam, portanto, novos arranjos locais e que trazem novos elementos, ou deveriam ser analisados para a construção das políticas públicas.

Bensusan (2006) destaca a necessidade de se identificar e promover processos sociais que possibilitem às comunidades locais conservar a biodiversidade como parte de seus modos de vida, incluindo o manejo das áreas protegidas. Esta postura implica, fundamentalmente, em criar espaços de diálogo e decisão, por meio da construção de políticas públicas proativas, includentes e atribuidoras de poder. Conforme Furlan (2000): “a conquista da cidadania não é uma questão de reconhecer ou conceder a alguém direitos. Mas efetivamente uma apropriação civil de direitos e liberdade democrática num processo construtivo de um novo modelo de sociedade civil.”

Nas comunidades em análise estão presentes os processos reivindicatórios de gestão compartilhada em Parques Estaduais, administrados pela Fundação Florestal, órgão vinculado a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Alguns acordos técnicos, formalizados ou não, bem como respaldo de medidas judiciais – em especial no caso da Vila do Marujá e outras comunidades do Parque Estadual Ilha do Cardoso - garantem a permanência das famílias e reprodução de parte do modo de vida caiçara, com vital importância da atividade turística..

A implementação de esferas formais de gestão participativa por meios dos Conselhos Consultivos nos Parques (que vem se difundindo no modelo brasileiro) ou do co-manejo em países onde as comunidades participam efetivamente da gestão tem sido uma estratégia para possíveis conquistas das comunidades. A reclassificação de APs e criação de mosaicos, atualmente em aplicação no Brasil, buscam minimizar dívidas sociais e legitimar o processo de resistência de populações humanas residentes em espaços naturais. Assim também foi o surgimento de novas categorias de áreas

protegidas, na década de 1990, em especial as Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no território brasileiro.

As duas comunidades participam dos Conselhos Consultivos das respectivas APs, dentre outros fóruns de planejamento e ordenamento territorial. E também atuaram, decisivamente, na reclassificação de unidades de proteção integral, a exemplo da constituição do Assentamento Alves, Teixeira e Pereira (no bairro Guapiruvu) e na criação do Mosaico de Jacupiranga e especificamente, na criação da RDS da Ilha do Tumba, com 1.128 hectares, e que foi criada a partir de reivindicação da Vila do Marujá. Essa RDS tem como objetivo central garantir o manejo florestal de espécies florestais para fabricação de “cercos” (técnica tradicional de pesca artesanal).

As experiências de co-manejo e gestão de áreas de conservação comunitárias constituem temas emergentes na América Latina e vem contribuindo para legitimar as ações de conservação na região (McCarthy Ramirez et al., 2006).

Mas como esses instrumentos são ou não efetivados no Brasil e, mais especificamente, nas comunidades em estudo? Como se organizam esses acordos, quais são as possibilidades de avanço em termos de uma gestão compartilhada de recursos naturais e da própria gestão de equipamentos vinculados aos Parques Estaduais e outras áreas naturais em análise? São algumas das questões centrais que o presente estudo pretende elucidar.

Referências Bibliográficas

- ABRAMS, P.; G. BORRINI-FEYERRABEND, G.; GARDNER, J.; HEYLINGS, P. 2003. **Evaluating Governance: handbook to accompany a participatory process for Protected Area**, Parks Canada and TILCEPA, draft. Disponível em http://cmsdata.iucn.org/downloads/evaluating_governance_handbook.doc
Acesso em março de 2009
- ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007, 379 p.
- ANGELO FURLAN, Sueli; MARINHO, Mauricio A.; CAMPOLIM, Marcos B. **Conflitos e diálogos: análise dos Sistemas de Áreas Protegidas e Populações Tradicionais na América Latina em Florestas Tropicais. XII Encuentro de Geografos de America Latina. Eixo 7. Procesos de la interacción sociedad-naturaleza, Montevideo, Uruguay, 2009**
- ANGELO FURLAN, Sueli Angelo. *Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas públicas de conservação socioambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião – SP)*. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BECKER, Howard. 1977. **De que lado estamos?** In: Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1997, p.122-136.
- BRASIL. 2006. **Decreto Nº. 5.758 de 13 de abril de 2006**, que institui o Plano Estratégico de Áreas Protegidas
- BORRINI, Feyerabend. **Manejo participativo de áreas protegidas: adaptando o método ao contexto**. In: **Temas de Política Social**. Quito: UICN Sur, 1997
- BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)*, Brasília, DF: Senado, 2000.
- CALDAS, Eduardo de Lima. **Formação de Agendas Governamentais Locais: O Caso dos Consórcios Intermunicipais**. Tese (Doutorado). Departamento de Ciência Política/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- COZZOLINO, Luiz Felipe. **Unidades de Conservação e os processos de Governança Local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)**. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado, Programa EICOS, IP, UFRJ. 2005
- FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, 21: 211-259. 2000

FOOTE-WHITE, Willian. **Treinando a observação participante** In: Desvendando máscaras sociais (org. Alba Zaluar Guimarães). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 2ª ed., 1980, p. 77-86.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Projeto Conservação e Sustentabilidade no *Continuum Ecológico de Paranapiacaba: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental***. Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade – PICUS. (Relatório técnico de projeto apresentado ao Fundo Brasileiro de Biodiversidade), 2005.

GRAHAM, J.; AMOS, B.& PLUPMIRE, T. **Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century**. Institute on Governance. Parks Canada. Canadian International Development Agency. Canada. 2003

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira** – Anexo 1: Documento síntese. Relatório. São Paulo. 1998.

IRVING, Marta A.; COZZOLINO, Felipe; FRAGELLI, Claudia; SANCHO, Altair. **Construção de governança democrática: interpretando a gestão dos parques nacionais no Brasil**. In: Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo novos significados. Marta de Azevedo Irving (organizadora). Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial. Aquarius. 2006

HIRST, Paul: **Democracy and governance**. In: Jon Pierre (ed.): Debating governance: Authority, steering and democracy. Oxford University Press: New York 2000, pp. 13-35.

MCCARTHY RAMIREZ, Ronald; MARTÍNEZ ARTAVIA, Cecilia; SALAS, Alberto. **Dos décadas de gestión comunitaria en Centroamérica: El camino recorrido, su estado y desafíos**. Ed. Manuel Bermúdez. UICN. Oficina Regional para Mesoamérica. San Jose. Costa Rica. 2006. 70 p.

MARINHO, Maurício. A.; ANGELO FURLAN, Sueli. **Conflitos e possíveis diálogos entre parques e populações**. IN: Floresta e Ambiente, v. 14, p. 22-34-34, 2007

MARINHO, Maurício A. **Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas: Uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. 2006. 98 p.

NUNES, Márcia. **Do Passado ao Futuro dos Moradores Tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. São Paulo: Depto Geografia/FFLCH/USP, 2003, 152p.

PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana**. In: Boletim da FFLCH nº 283, USP, São Paulo, 1966.

PISCIOTTA, Kátia. **Pesquisa Científica em Unidades de Conservação da Mata Atlântica Paulista**. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo, 2003.

RESENDE, Roberto Ulisses. **As regras do jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002, 198p.

RODRIGUES, Carmen Lucia. *Os Limites do Consenso: Territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2001.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. **Turismo e Saúde Comunitária: Intervenção e Pesquisa no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

UICN (União Internacional para Conservação da Natureza). **Beneficios más Allá de las fronteras: Actas del V Congreso Mundial de Parques de la UICN**. UICN, Gland, Suiza y Cambridge, Reino Unido. 326 pp. 2005.